



Propostas de Lideranças da REDE Sustentabilidade para o Programa de Governo Lula 2022

Sumário

Fortalecer a Democracia	2
Aprovar uma Reforma Tributária Sustentável e Progressista	2
Combater a Desigualdade Social e Elaborar um Orçamento Efetivamente Público Republicano, Transparente e Progressista	3
Garantir Educação de Qualidade para Todos	4
Garantir Saúde e Saneamento de Qualidade para Todos	5
Dinamizar a Economia e Garantir Trabalho Digno e Moderno	6
Combater o Racismo e Promover os Direitos Humanos e Direitos dos Animais	6
Ampliar a Segurança Pública	6
Combater o Desmatamento e Reorganizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente	7
Valorizar a Amazônia e Promover o Ordenamento Territorial	9
Retomar a criação de Unidades de Conservação e da Demarcação de Terras Indígenas e Quilombolas	10
Investir no Reflorestamento e na Economia Global Florestal	12
Combater a Crise Climática	12
Promover a Segurança Alimentar, a Segurança Hídrica e Fortalecer a Agroecologia	14

1. Fortalecer a Democracia

- Retomar o **respeito à Constituição, ao Estado Democrático de Direito no Brasil e às instituições da República.**
- Promover o **diálogo permanente com o Poder Legislativo**, a partir de um programa que expresse agendas de interesse público, com absoluta transparência e ruptura do padrão fisiológico.
- Promover a **colaboração da União com Estados e Municípios**, independentemente do partido político ao qual pertençam os governadores ou prefeitos.
- Retomar e fortalecer os **mecanismos de participação da sociedade civil e de controle social** nas políticas públicas.
- Promover um **governo aberto e digital**, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação na busca de serviços públicos mais eficientes, transparentes, participativos e de melhor qualidade.

2. Aprovar uma Reforma Tributária Sustentável e Progressista

- Aprovar, com urgência, uma Reforma Tributária Sustentável e Progressista, lastreada pelos princípios da simplificação do sistema, da progressividade, da transparência, do equilíbrio federativo e da sustentabilidade e transição para a economia de baixo carbono.
 - **Simplicidade** para os contribuintes, reduzindo os custos administrativos das empresas e a complexidade da legislação tributária;
 - **Progressividade**, cobrando proporcionalmente menos de quem tem menor renda ou patrimônio e onerando mais as parcelas mais ricas da população, seja em renda, seja em patrimônio. Entendemos que, aliviando a carga tributária sobre os mais pobres e a classe média, colaboramos para uma redução efetiva da desigualdade social;
 - **Transparência**, para que os contribuintes saibam com clareza quanto pagam de impostos e onde os recursos são aplicados;
 - **Equilíbrio**, para promover uma melhor distribuição das receitas aos entes federados. Hoje, a União concentra a maior parte das receitas tributárias – 56% do total arrecadado –, enquanto os municípios ficam com a menor parte – 19%.
 - **Sustentabilidade**, para a promoção de atividades não predatórias e de baixa emissão de carbono;
 - **Transição**, desincentivando as atividades que contribuem no agravamento da emergência climática e estimulando as novas tecnologias verdes.
- **Aumentar a progressividade dos tributos sobre renda e patrimônio:**
 - **Acabar com a isenção total de lucros e dividendos** no IRPF e dos juros sobre capital próprio no IRPJ.

- **Vincular o ITR ao valor de mercado do imóvel rural**, inclusive valor das benfeitorias, excluídas as APPs e Reservas Legais.
- Instituir o conceito de **alíquotas progressivas para o imposto sobre herança e doações (ITCMD)**, com alíquotas mínima e máxima definidas pelo Senado.
- Definir alíquotas entre 0,5% e 1% para o **IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas)**, incidindo sobre riqueza superior a R\$ 10 milhões.
- Tributação do tipo Imposto sobre Valor Agregado (**IVA**), **com parcela distribuída conforme critérios sustentáveis**. É preciso redistribuir 1,5% da arrecadação total do IVA aos municípios e 5% do repasse do IVA dos Estados aos Municípios segundo critérios socioambientais mínimos, como por exemplo:
 - I - a área ocupada por unidades de conservação, terras indígenas e vegetação nativa;
 - II - a população com acesso ao serviço de água e de esgotamento sanitário;
 - III - a correta destinação de resíduos sólidos e o percentual de resíduos reciclados; e
 - IV - o grau de implementação do Plano Municipal de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas.
- Promover **estímulos tributários para a transição energética**, em especial à geração de energia solar, eólica ou proveniente de biomassa;

3. Combater a Desigualdade Social e Elaborar um Orçamento Efetivamente Público Republicano, Transparente e Progressista

- **Priorizar o combate à desigualdade social** no Orçamento e nas Políticas Públicas.
- Retomar a **política de valorização do salário mínimo**, medida central para a redução da desigualdade social no Brasil.
- Implantar a política de **Renda Básica de Cidadania** (Lei nº 10.835, de 8 de Janeiro de 2004)
 - O PL 2.621/2020 (Sen. Randolfe Rodrigues) traz uma proposta de um novo passo rumo à Renda Básica, garantindo:
 - **1/2 salário mínimo** por adulto e mães adolescentes + 1/4 do salário mínimo por menor de idade
 - Chefe de família monoparental recebe a sua cota em dobro (1 salário mínimo)
 - **Critério de Elegibilidade:** cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1/2 (meio) salário mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até 3 (três) salários mínimos;
 - **Limite máximo de benefício por família:** 3 salários mínimos
 - **Custo:** deverá custar entre 7-8% do PIB, mas gerará um aumento de arrecadação (ICMS e impostos sobre consumo) entre 18-30%, o que reduzirá o custo entre 2-3% do PIB. Destaca-se também que, para cada R\$ 1,00 investido no atual Programa Bolsa Família, gera-se na

economia R\$1,78. O mesmo efeito dinamizador deverá se reproduzir com o Renda Básica.

- **Acabar com as emendas de relator (RP09)** e com o Orçamento Secreto.
- Fortalecer os **mecanismos de controle e fiscalização das emendas**, assegurando o respeito a critérios técnicos e pessoais e a finalização de obras inacabadas.

4. Garantir Educação de Qualidade para Todos

- Garantir a **implementação do Plano Nacional de Educação (PNE)** para o decênio 2014/2024, fruto de intenso debate com a sociedade brasileira.
- Preparar amplo processo de consulta à sociedade civil para a elaboração do PNE para o próximo decênio.
- **Expandir a oferta de educação integral** no sistema público conforme as especificidades de cada localidade.
 - A meta do PNE era oferecer ensino integral em metade das escolas do país, atendendo 25% dos alunos da educação básica até 2024. No entanto, o Brasil regrediu na educação integral no governo Bolsonaro. Em 2014, havia 42,6 mil escolas e 6,5 milhões de alunos em tempo integral. Em 2020, eram 27,9 mil escolas e 4,8 milhões de estudantes nesta modalidade. O número representa queda de 15 mil escolas e mais de 1,5 milhão de matrículas a menos.
- **Erradicar o analfabetismo no Brasil:**
 - A meta do PNE era ter 93,5% dos brasileiros acima de 15 anos alfabetizados até 2015; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional até 2024. No entanto, a taxa de analfabetismo ainda está 4 anos atrasada em relação à meta do PNE, atingindo 6,6% em 2019. Pior, a quantidade de analfabetos funcionais aumentou nos últimos anos: ampliando de 27% da população de 15 a 64 anos com analfabetismo funcional em 2015 para 29% em 2018 (dados mais recentes). A meta era reduzir a 13,5% até 2024.
- **Ampliar o investimento em educação**, conforme o estabelecido na Emenda Constitucional nº 108 de 2020 (Novo Fundeb).
- Regulamentar o Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR) do novo Fundeb, incorporando o princípio de **equidade**, para que a distribuição dos 2,5% foque na redução das desigualdades e melhoria do aprendizado.
- **Assegurar a complementação adicional do Custo Aluno Qualidade (CAQ)** e as condições mínimas dos indicadores de atendimento: número máximo de alunos por turma; valorização dos profissionais da educação básica pública; biblioteca ou sala de leitura com acervo; laboratórios de Ciências e de Informática; internet banda larga; quadra poliesportiva coberta; acessibilidade; saneamento básico; acesso à luz elétrica; e acesso à água potável.
- **Priorizar a educação infantil**, apoiando técnica e financeiramente os estados e municípios para **zerar a fila da creche**.
- Adotar **políticas para a valorização dos professores**, com ações voltadas ao



aprimoramento da formação pedagógica e dos planos de carreira, incluindo o aumento do piso nacional dos professores.

- Fortalecer a implementação da **Base Nacional Comum Curricular** para a educação infantil e o ensino fundamental, apoiando técnica e financeiramente os estados e municípios nesta missão.
- Apoiar os estados e municípios na missão de **zerar a distorção idade/série** o mais rápido possível.
- Recuperar e ampliar os investimentos nos Institutos Federais de Educação e nas Universidades Federais

5. Garantir Saúde e Saneamento de Qualidade para Todos

- Valorizar e ampliar a participação da União no **financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**
- Promover, incentivar e efetivar a **descentralização e regionalização** do Sistema Único de Saúde, reduzindo a desigualdade na oferta de profissionais e equipamentos de saúde, criando centros regionalizados de estabilização inicial de pacientes e fortalecendo centrais de regulação e respectivos fluxos assistenciais.
- Aprovar e estruturar a **carreira de estado dos médicos** do Sistema Único de Saúde no Brasil.
- Aprovar e implementar o **piso nacional da enfermagem** (enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras).
- Retomar as **campanhas de vacinação** no Brasil, acabando com os boicotes do atual governo à imunização e à proteção à vida dos brasileiros.
- Fortalecer e aprimorar a atuação territorial da **Estratégia de Saúde da Família**, inclusive por meio do fortalecimento de **equipes multidisciplinares** para a promoção da saúde mental e da reabilitação dos pacientes. Para isso, é preciso ampliar a participação das áreas de psicologia, fisioterapia, nutricionista e fonoaudiologia.
- Ampliar a oferta de **leitos de terapia intensiva** no Sistema Único de Saúde
- Ampliar a **lista de procedimentos terapêuticos** do SUS e estruturar uma linha de cuidado a pacientes oncológicos.
- Fomentar a ampliação da **produção nacional de medicamentos**, que sofre grave crise de abastecimento. Assim como revisar a **lista de medicamentos da RENAME e REMUME** para doenças crônicas e, principalmente, medicamentos de oncoterapia.
- Universalizar o uso de **novas tecnologias**, promovendo a modernização dos serviços, como o agendamento de consultas por meio eletrônico e a criação de uma base única de dados do paciente, com objetivo de estabelecer um **prontuário eletrônico** que permita o acompanhamento integrado por diferentes profissionais da saúde.
- Fortalecer **políticas de saúde voltadas para os povos tradicionais, quilombolas e indígenas e para a população LGBTQIA+**.
- Investir na **universalização do saneamento básico no Brasil**.
- Apoiar os entes federados na elaboração de **Planos Municipais de Saneamento (PMSB)**.
- Efetivar a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, em especial apoiando os



municípios nos respectivos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

6. Dinamizar a Economia e Garantir Trabalho Digno e Moderno

- Criar um grupo de trabalho para planejar e apoiar medidas de **adaptação, capacitação e mitigação dos efeitos da transição produtiva no mercado de trabalho** em decorrência da automação e eliminação de postos de trabalho.
- Aprovar **direitos trabalhistas para os trabalhadores de aplicativos** garantindo, no mínimo: salário mínimo por hora; férias remuneradas anuais de 30 (trinta) dias, com valor calculado com base na média da remuneração mensal dos últimos 12 (doze) meses acrescida de um terço; descanso semanal remunerado, com valor calculado com base na média da remuneração dos 6 (seis) dias anteriores ao gozo do descanso; direitos previdenciários; seguro em caso de acidentes; e outros decorrentes de acordos ou convenções coletivas.
- Criar um grupo de trabalho para **valorizar e ampliar o diálogo com os sindicatos e centrais sindicais**.
- Promover uma política de **estímulo ao investimento, ampliação do crédito e de redução dos juros**.
- Ampliar o **apoio técnico, o crédito e o Fundo Garantidor** para o micro, pequeno e médio empreendedor.
- Promover **políticas de estímulo aos setores da economia criativa, colaborativa, solidária, inovadora e circular**.
- Ampliar os investimentos internos e externos na **economia verde e de baixo carbono**.

7. Combater o Racismo e Promover os Direitos Humanos e Direitos dos Animais

- Promover políticas de **combate à discriminação racial, étnica, de gênero ou religiosa**.
- Adotar políticas para **combater a desigualdade salarial** decorrente de discriminações racistas e misóginas.
- Promover políticas de **inclusão de Pessoas com Deficiência**.
- Promover políticas de **licença parental compartilhada** e de ampliação do **descanso amamentação** para as mães lactantes após o retorno ao trabalho.
- Fiscalizar, combater e prevenir os **maus-tratos** contra animais.
- Promover políticas que promovam o **bem-estar dos animais** no país, seja os de produção, para consumo humano, de estimação, de trabalho e selvagens.

8. Ampliar a Segurança Pública

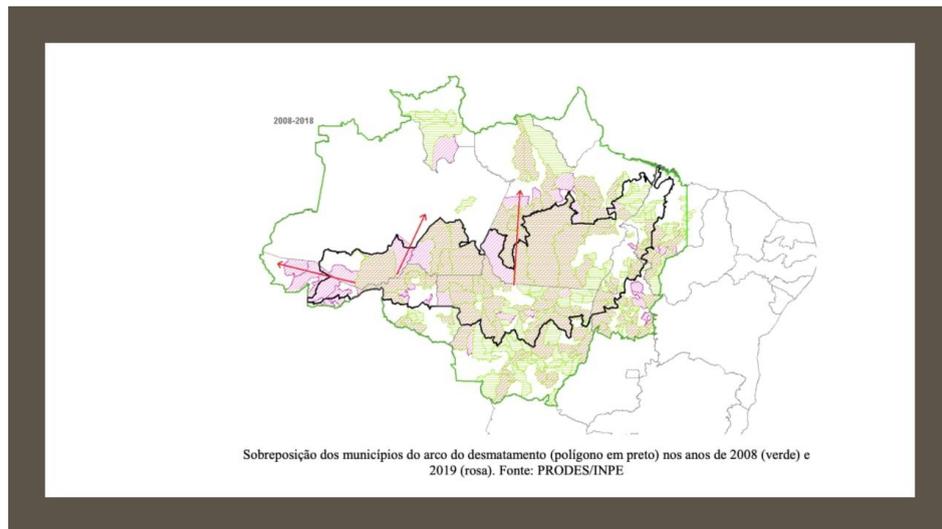
- Implementar e aprimorar o **Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)**, ampliando o compartilhamento de dados, operações e colaborações nas estruturas federal, estadual e municipal.



- Elaborar, em parceria com Estados e Municípios e com a contribuição de especialistas de organizações da sociedade civil, um **Plano Nacional de Segurança** prevendo metas e indicadores de avaliação.
- Apoiar os entes federados na **implementação de novas tecnologias** de prevenção, monitoramento, inteligência, investigação e atuação das forças de segurança, como, por exemplo, câmeras corporais, drones, escutas e sistemas de vigilância nos locais com maior índice de criminalidade.
- Retomar o **Estatuto do Desarmamento e os mecanismos de rastreabilidade de armas e munições**, revogando as portarias do Governo Bolsonaro que flexibilizaram a posse e o porte de armas e dificultaram o monitoramento de munições e de armas (inclusive de uso restrito).
- **Modernizar o combate aos crimes financeiros e ao crime organizado**, inclusive por meio da ampliação do monitoramento da circulação e lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas, armas e de pessoas.
- Investir em **oportunidades no mercado de trabalho** para milhares de jovens em situações de vulnerabilidade e de egressos do sistema prisional, enfrentando a economia do crime e evitando que sejam atraídos pelo crime organizado.

9. Combater o Desmatamento e Reorganizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente

- **Zerar o Desmatamento Ilegal Zero até 2026.**
- Retomar fortes medidas de **monitoramento e controle dos crimes ambientais** combinadas ao estímulo para o **desenvolvimento da bioindústria e bioeconomia baseada na conservação da floresta**.
Tornar obrigatória a elaboração de **Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PPCD)** para todos os biomas com **metas claras e auditáveis**.
 - a. Aprovação do PL 6230/2019, que transforma o PPCD em política de estado.
 - b. O PPCDAm foi uma das principais estratégias que resultaram na redução do desmatamento em mais de 80% entre 2004 e 2014.
 - c. A coordenação do programa precisa voltar para dentro da Casa Civil, que é o coração do governo. O Ministério do Meio Ambiente deve ser a secretaria executiva.
- **Priorizar** as ações federais na prevenção e controle nos **municípios críticos**: aqueles que respondem pela **metade da área total desmatada no bioma**. **Embargando áreas críticas promotoras do grosso do desmatamento ilegal**. Dessa forma, espera-se obter uma reversão mais acelerada da perda de florestas. O desmatamento do Bioma amazônico aumentou 56,6%, entre agosto de 2018 e julho de 2021, em relação ao mesmo período em anos anteriores, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).



- **Implementar o Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2012) e universalizar o CAR-** Cadastro Ambiental Rural, implementando a validação do CAR autodeclarado, para separar as propriedades corretas daquelas que são fruto de grilagem criminosas.
- Promover a integração do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) com os demais cadastros fundiários públicos existentes no Brasil, tornando-os informações de domínio público.
- **Proibir a concessão de títulos de terra e financiamento a grileiros, garimpeiros ilegais e terras com desmatamento ilegal.**
- **Criar um embargo automático remoto das áreas desmatadas ilegalmente e a respectiva suspensão do Cadastro Ambiental Rural do imóvel.** Isso já é possível por meio da tecnologia do MapBiomas, que já oferece laudos mensais para muitas ambientais com base na análise do desmatamento via satélites.
- Criar o **Sistema Nacional de Dados de Supressão de Vegetação** e Planos de Manejo Florestal formado pelos dados gerados por todos os órgãos do SISNAMA. Isso **permitirá discriminar os desmatamentos legal e ilegal** em todos os biomas.
- Produzir relatório anual de desmatamento, restauração e reflorestamento de todos os biomas brasileiros.
- **Exigir que produtos florestais adquiridos pelo poder público sejam rastreados**, definindo ainda um cronograma para implantação de **sobretaxa sobre o valor de todo produto florestal oferecido ao mercado sem rastreabilidade;**
- **Ampliar o orçamento do ministério do Meio Ambiente e fortalecer os órgãos que atuam na gestão e na fiscalização ambiental como IBAMA, ICMBIO e Polícia Federal**, fundamentais para conter o desmatamento e as atividades ilegais na Amazônia. Restaurar a participação da sociedade civil nos conselhos e fóruns de deliberação sobre as políticas ambientais.
 - O **orçamento federal executado** para proteção do meio ambiente em 2021 foi o **menor dos últimos três anos**. No ano passado, foram gastos R\$ 2,49 bilhões com medidas ligadas ao assunto, contra os R\$ 3,08 bilhões e R\$ 3 bilhões gastos em 2019 e 2020, respectivamente, para todos os órgãos ambientais, incluindo o Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio, Jardim Botânico e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC).

10. Valorizar a Amazônia e Promover o Ordenamento Territorial

- Discutir propostas para a resolução de conflitos fundiários em conjunto com a Justiça Federal, Executivo, Legislativo e Ministério Público.
- Implementar o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) em todo o território nacional;
- Apoiar técnica e financeiramente a universalização do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Apoiar e priorizar a regularização fundiária do pequeno e médio proprietário rural que vive da terra, que precisa do título para obter o financiamento rural e melhorar as condições de produção e, por consequência, melhorar a qualidade de vida.
- **Desenvolver uma economia lastreada na sociobiodiversidade da Amazônia:** Desenvolver o potencial da sociobiodiversidade da Amazônia com uma **bioeconomia da floresta em pé** que agregue valor aos produtos regionais. Para isso, faz-se necessário **ampliar e fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Região articulando a ciência aos saberes tradicionais** para a criação de soluções compatíveis ao modo de vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais que são os responsáveis pela preservação dessa diversidade biológica. São muitos os produtos amazônicos que já demonstraram potencial de mercado, porém, na maioria das vezes, as fases das cadeias produtivas que mais adicionam valor são realizadas fora da Amazônia, transferindo renda para outras regiões e países. Esse modelo no qual a exploração das riquezas regionais deixa nada, ou muito pouco, para os amazônidas, tem que ser superado.
 - A proposta **Amazônia 4.0**, capitaneada pelo Dr. Carlos Nobre, identificou mais de 450 espécies de produtos da Floresta Amazônica passíveis de exploração, que poderiam ser utilizados na fabricação de cosméticos ou remédios. Atualmente usamos, de forma precária, apenas 5 ou 6 desses produtos, como o **açaí** que, por exemplo, gera uma receita anual de cerca de **U\$ 1 bilhão de dólares**.
 - É preciso investir em startups de bioeconomia e na criação de **Laboratórios Criativos** focados em promover e aprimorar produtos de valor agregado.
 - PSA e áreas críticas.
- **Proteger e valorizar a Amazônia e a sua importância para a economia e para a agricultura brasileira:**
 - O Brasil é o único país do mundo que ainda consegue produzir **três safras por ano** em algumas regiões. Essa abundância só é possível em função das chuvas proporcionadas pela ação climática da Amazônia (os chamados Rios Voadores).
 - Já perdemos mais de 20% da área de florestas na Amazônia brasileira. **Se o desmatamento chegar a 24-25%, o processo de savanização da floresta será irreversível.**
 - Ou seja, o Brasil sofrerá um impacto nefasto sobre toda a sua produção hidrelétrica e sobre a sua produção agrícola. A médio e longo prazo, vamos perder todo o potencial de nossos biomas. A perda incluirá milhares de espécies vivas que ainda nem classificamos e nem sabemos sua relação

com as outras e suas potencialidades. Assim como se ampliará o risco epidemiológico, amplificando o contato com vetores de doenças desconhecidas que saltam de seu ambiente natural para os seres humanos.

11. Retomar a criação de Unidades de Conservação e da Demarcação de Terras Indígenas e Quilombolas

- Garantir a **efetivação dos artigos 231 e 232 da CF/1988** e demais legislações infraconstitucionais, assegurando aos povos indígenas o usufruto exclusivo dos recursos naturais, hídricos e minerais presentes nas Terras Indígenas, de acordo com o planejamento dos povos indígenas.
- Retomar a **criação de Unidades de Conservação**, especialmente ao longo de vetores de desmatamento (estradas, mineração, fronteiras agrícolas, etc.) e a **demarcação das terras indígenas e quilombolas**. Ampliar o número de **reservas extrativistas**, além de apoiar o desenvolvimento sustentável das reservas já existentes, hoje abandonadas pelo Governo. Bolsonaro paralisou a demarcação de terras indígenas e quilombolas.
 - São cerca de 1.770 processos de oficialização de quilombos já iniciados e paralisados em âmbito federal, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), assim como 297 (41%) terras indígenas que ainda não foram totalmente demarcadas.
 - É preciso realizar imediatamente o processo de demarcação, regularização e desintração das terras que faltam ser demarcadas, conforme reza a Constituição Federal - 1988, através de implantação de força tarefa na FUNAI, a fim de que se cumpra a meta estabelecida constitucionalmente, inicialmente pela concretização imediata daquelas já iniciadas e, em seguida, pela identificação das demais, via constituição de Grupos de Trabalhos específicos.
- Garantir o cumprimento da meta da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) de um **mínimo de, pelo menos, 30% do Bioma Amazônia e 10% dos demais biomas e da Zona Costeira e Marinha**
 - O Cerrado é o bioma que possui a menor porcentagem de áreas sobre proteção — apenas 8,21% de seu território é legalmente protegido por unidades de conservação, desse total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável. Outros 0,07% correspondem à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).
- Priorizar a **resolução de conflitos fundiários e sociais** em terras demarcadas e em processo de homologação.
- **Combater** as iniciativas que visem o estabelecimento do **marco temporal** da demarcação de terras indígenas.
- **Fortalecer o orçamento dos órgãos indigenistas e ambiental**, assim como retomar os objetivos e a missão da Fundação Nacional do Índio (**Funai**), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (**SESAI**) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (**Incra**).

- A Funai sofreu uma queda no seu orçamento entre 2019 e 2021, passando de R\$ 708,1 milhões para R\$ 667,6 milhões, respectivamente. Na prática, são recursos largamente insuficientes para dar conta de 7.103 localidades indígenas em todo o país.
- Nos últimos 3 anos, de acordo com o Inesc, **45% dos recursos** gastos na ação orçamentária destinada a proteger e demarcar os territórios indígenas **foram destinados a indenizações e aquisições de imóvel, medida que beneficia ocupantes não indígenas.**
- Quanto às ações realizadas em 2021 voltadas aos povos quilombolas e demarcação de seus territórios, foram gastos R\$ 164 mil em atividades de “Reconhecimento e Indenização de propriedades Quilombolas”, além de R\$ 792,4 mil de compromissos assumidos em anos anteriores. **Para 2022, a alocação de recursos para demarcação de territórios quilombolas é de apenas R\$ 505 mil.**
- Garantir **o acesso dos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais às políticas públicas**, adequando-as, sempre que possível, para serem compatíveis com as suas culturas e modos de vida.
- Retomar urgentemente os espaços de diálogo com os povos indígenas, com o pleno funcionamento do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), Consea, CNEEI, CNPCT, etc..
- Promover o **Dia do Revogação**, revogando todos os decretos e portarias anti-indígenas e antiquilombolas do Governo Bolsonaro.
 - Incluindo a revogação imediata das Portarias da AGU que incidem negativamente sobre os processos de regularização fundiária das Terras Indígenas;
- Criar o **Ministério da Causa Indígena**, conforme proposta do Lula no Acampamento Terra Livre 2022.
- Publicar **Portarias de Interdição das Terras Indígenas** com a presença de **povos indígenas isolados**.
- Elaborar um amplo **Programa Nacional de Proteção, Vigilância e Monitoramento das Terras Indígenas**;
- Fortalecer o subsistema de atenção à **saúde indígena**, com a valorização dos profissionais da saúde e funcionamento efetivo do controle social;
- Retomar a **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)** e do funcionamento do seu Comitê Gestor;
- Desenvolver ações para o **fortalecimento da educação escolar indígena** a partir dos **Territórios Etnoeducacionais** - com o restabelecimento da SECADI, no âmbito do Ministério da Educação.
- Respeitar, nos termos da Convenção nº 169 da OIT, a decisão das comunidades indígenas. É preciso garantir sempre a **ampla consulta aos povos indígenas e quilombolas** nos temas que os afetam direta ou indiretamente.

12. Investir no Reflorestamento e na Economia Global Florestal

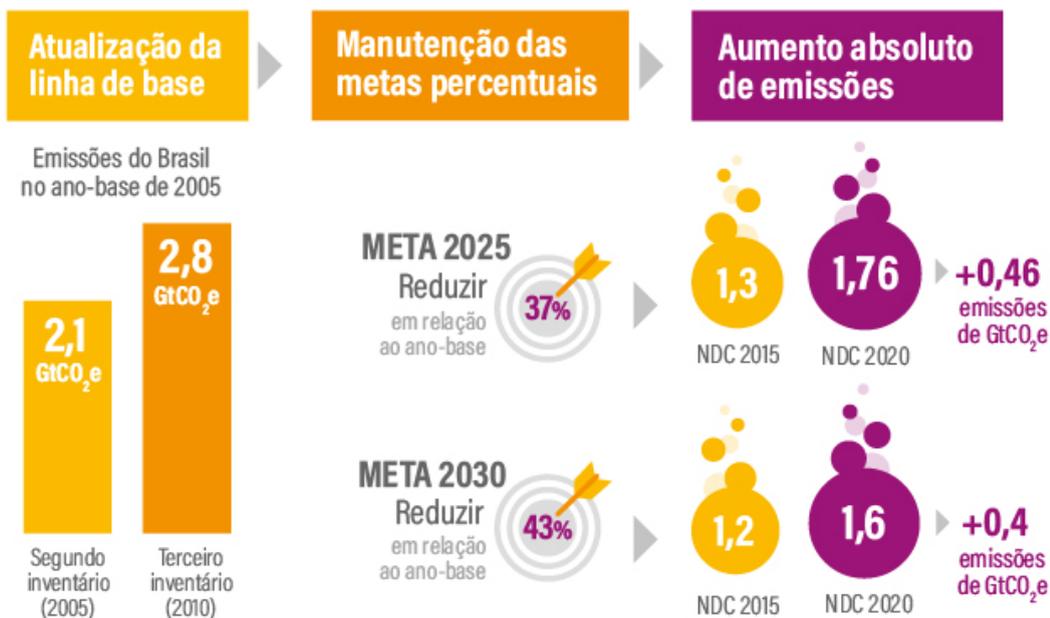
- **Duplicar a área de florestas plantadas/reflorestada**
- Aprimorar e agilizar a gestão dos Termos de Ajustamento de Conduta em matéria ambiental
- Apoio à criação e manutenção de **viveiros** de mudas e sementes
- Apoio técnico e material para ações de **reflorestamento**
- **Duplicar a área sob Manejo Florestal Sustentável**
- Ampliar a área de **florestas públicas destinadas ao uso sustentável**
 - Na Amazônia existem cerca de 51 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas, é uma área equivalente a duas vezes o estado do Rio Grande do Sul ou do tamanho da Espanha.
 - Até o fim de 2020, mais de 14 milhões de hectares dessas florestas, ou 29% da área total, estavam registrados ilegalmente como propriedade particular no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (CAR). Como o CAR é autodeclaratório, grileiros desenham no sistema supostos imóveis rurais nas florestas públicas não destinadas, para simular um direito sobre a terra que eles não têm.
- **Apoio à produção de fibras, madeira e produtos não madeireiros** (como frutos, castanhas, látex, óleos, ceras e resina de pinus).
- Fortalecer a **Política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)**.

13. Combater a Crise Climática

- O combate à emergência climática é um dos maiores desafios da humanidade e depende da atuação firme, coordenada e ousada dos governos, empresas e da sociedade civil.
- **O Brasil é o quinto maior emissor de carbono no mundo** e essa taxa está crescendo. O país hoje encontra-se entre os dez países com maior contribuição nas emissões dos gases de efeito estufa (GEE), representando aproximadamente 3% (três por cento) do quantitativo mundial.
- A primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) submetida pelo governo brasileiro, ratificada em 2016, previa a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% até 2030, ambas em comparação às emissões de 2005. Ela usava como linha de base para as metas a quantidade de emissões do Brasil de 2005 de acordo com o Segundo Inventário Nacional, produzido pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Ao apresentar a nova NDC em dezembro de 2020, o governo brasileiro assumiu como meta os mesmos índices previstos na primeira NDC.
Porém, entre a primeira e a nova NDC apresentada em 2020, a contabilização de gases de efeito estufa que o Brasil emitiu em 2005 foi atualizada com a publicação do Terceiro Inventário Nacional. Esse inventário aprimorou a metodologia de cálculo de emissões, algo natural para incorporar o processo científico, o que resultou no aumento da contabilização de emissões para aquele ano. Se no segundo inventário a emissão em 2005 foi de 2,1 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO_{2e}), no terceiro subiu para 2,8 GtCO_{2e}.

Na prática, a nova NDC permite que o Brasil emita mais gás de efeito estufa do que anteriormente previsto, pois mantém a mesma porcentagem na meta apesar do aumento no valor absoluto a que essa porcentagem se refere. Por esse motivo a meta se torna menos ambiciosa. A nova NDC permite que o Brasil emita cerca de 400 milhões de toneladas de gás de efeito estufa equivalente a mais do que a meta submetida em 2015, como mostra o gráfico abaixo.

Por que a nova meta da NDC do Brasil é menos ambiciosa



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do MCTI e das NDCs submetidas pelo Brasil na UNFCCC
26/03/2021

- Dessa forma, em números absolutos, o projeto propõe que o Brasil emita 1,6 GtCO₂ até 2025 (a meta original, antes da mudança do cálculo, era de 1,3 GtCO₂).
- Diante deste cenário e do descumprimento das metas até agora definidas, é preciso estabelecer a **meta de redução de 45% das emissões de gases de efeito estufa, até 2025**, para alcançar os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
- Elaborar e monitorar o cumprimento do plano de combate às mudanças climáticas alinhado às NDCs assumidas pelo Brasil.
- Recriar a **Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas**, extinta pelo Gov Bolsonaro em 2019;
- Reorganizar e retomar os **Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo Clima e Fundo Amazônia**, com destaque para o estabelecimento de metas auditáveis, planejamento, pactuação de prioridades, política de avaliação e monitoramento, transparência e controle social.
 - A principal missão do Fundo Amazônia é promover a transição para uma economia sustentável, para uma economia da floresta. O Fundo está



paralisado e o COFA (Comitê Orientador do Fundo Amazônia) foi extinto pelo Governo Bolsonaro.

- Ampliar o escopo, captação e celeridade de execução do Fundo Amazônia.
- Implementar o **Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica** criado pela Lei nº 11.428 (sancionado em 2006 pelo Presidente Lula) e ainda não regulamentado e implementado
- Investir na **atração de investimentos externos no Brasil para a preservação ambiental e o desenvolvimento de uma economia verde**, aproveitando as regulações internacionais do mercado de carbono e o aumento de fundos ligados à pauta socioambiental.
- Elaborar, em parceria com os entes federados, um **Plano Nacional de Mitigação e Adaptação aos Efeitos das Mudanças Climáticas**
- Implementar o **controle integrado das enchentes, enxurradas e deslizamentos de encostas** por meio da proteção das florestas em geral e em especial nas áreas de preservação, controle da erosão urbana e rural e dos aterros em baixadas alagáveis em contraposição à atual e ineficaz ênfase apenas em obras estruturais.
- Regulamentar e implementar o **Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)**, conforme foi determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima – Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- Fomentar o avanço da Estratégia Nacional de REDD+ (Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal), com fortalecimento da participação da sociedade civil e do setor empresarial na Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+).
- Priorizar a geração de **energia limpa, renovável e distribuída e com eficiência energética**, promovendo a substituição de veículos movidos a combustíveis fósseis pelos **elétricos** e movidos a **biocombustíveis**.
- Criar um **Programa de Energia Solar** distribuída para áreas rurais e urbanas, permitindo que os produtores de energia, além de produzirem para consumo próprio, possam comercializar o excedente.

14. Promover a Segurança Alimentar, a Segurança Hídrica e Fortalecer a Agroecologia

- Apoiar o **desenvolvimento da agricultura familiar** e de todos os sistemas locais e **agroecológicos** de produção, como estratégia para a segurança e a soberania alimentar, bem como para a geração de renda. A biodiversidade tem grande relevância para a agricultura e a alimentação e deve ser protegida de agrotóxicos e de organismos transgênicos.
- Promover a **Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC)**, expandindo as ações públicas e privadas voltadas à assistência técnica, extensão rural e difusão de tecnologias
- **Apoiar técnica e financeiramente a recuperação de áreas degradadas** para a expansão agrícola brasileira.
- Defender a criação de uma **Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos** que reduza o uso de pesticidas, fertilizantes químicos e sobretudo organismos

geneticamente modificados, e estimule a transição agroecológica e orgânica. Essa Política deve reavaliar os agrotóxicos permitidos no Brasil a partir de pesquisas e dados científicos independentes, adotando sempre o princípio da precaução; reduzir gradual e continuamente a aplicação de veneno por aeronaves e proibir qualquer forma de aplicação próximo a áreas de proteção ambiental, recursos hídricos, produção orgânica e agroecológica, moradia e escolas. A ministra Tereza Cristina liberou 1.552 agrotóxicos no país em três anos de Governo Bolsonaro.

- Fortalecer a **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, promovendo incentivos tributários, financeiros e técnicos ao setor agrícola, em especial à agricultura familiar e à produção de alimentos orgânicos.
- Ampliar a **pesquisa e a extensão rural** para melhorar a produtividade agrícola e inovar nos produtos e metodologias da economia verde. Nesse sentido, o fortalecimento da Embrapa é um instrumento central para o fortalecimento da agricultura e da bioeconomia nacional.
- **Ampliar a equipe e os atendimentos nutricionais no SUS**, em especial na rede de Atenção Primária (APS). Atualmente, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), existem no Brasil 37.536 nutricionistas que atuam no SUS, sendo que 7.707 estão inseridos na Atenção Primária.
- Discriminar e destinar, nas tarifas de água e saneamento, os **custos de manutenção e conservação dos mananciais**. É preciso gerar responsabilidade coletiva para existir a conservação das águas.
 - **Os estudos mostram que uma ação de preservação de mananciais gera uma redução nos custos de tratamento da água**. Logo, destinar para a conservação e recuperação dessas áreas uma porcentagem do que é pago na tarifa gera benefícios para todos e favorece a **segurança hídrica**.